6 /6

KONRAD ADENAUER STIFTUNG

A Crise da Mudança do Clima e sua Gestão: A Perspectiva Europeia

Climate Change Crisis and its Management: The European Perspective

Janani Vivekananda
Stephan Wolters

CEBRI BRAZILIAN CENTER FOR INTERNATIONAL RELATIONS

União Europeia

COLEÇÃO DE POLICY PAPERS
THE POLICY PAPERS COLLECTION

XVFORTE

A Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana é um projeto euro-brasileiro organizado em conjunto pela Fundação Konrad Adenauer (KAS) e pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), com apoio da Delegação da União Europeia no Brasil. A conferência é concebida como um fórum de diálogo entre a América do Sul e a Europa. Seu objetivo é reunir especialistas do setor governamental, acadêmico e privado para discutir assuntos atuais no âmbito de segurança que sejam de interesse comum aos parceiros dos dois lados do Atlântico. Desde seu início em 2003, a conferência se transformou, de uma reunião relativamente pequena, no maior fórum de segurança da América Latina. Na sua 15ª edição, a conferência de 2018 tem como tema 'Gestão de crises internacionais'. A conferência é aberta ao público e os participantes são incentivados a participar ativamente das discussões. Esta coleção de Policy Papers reflete os temas centrais do evento e pretende identificar desafios, bem como fazer recomendações políticas para o futuro. As edições anteriores da publicação sobre Segurança Internacional da Conferência do Forte de Copacabana podem ser acessadas na página oficial da KAS Brasil (www.kas.de/brazil).

The Forte de Copacabana International Security Conference is a joint Euro-Brazilian project organised by the Konrad Adenauer Foundation (KAS) in partnership with the Brazilian Center for International Relations (CEBRI) and supported by the Delegation of the European Union to Brazil. The conference is conceived as a forum for dialogue between South America and Europe. It aims to bring together experts from a wide range of government, academic and private-sector backgrounds to discuss current security-related issues which are of interest to the partners on both sides of the Atlantic. Since its inception in 2003, the conference has emerged from a relatively small gathering to Latin America's largest security forum to date. The topic of the 15th edition of the conference is 'International crisis management'. The conference is open to the public and the audience is encouraged to actively engage in discussions. This collection of Policy Papers reflects the major themes of the event and intends to identify challenges as well as make policy recommendations for the future. Previous volumes of the Forte de Copacabana International Security Conference publication can be accessed on the KAS-Brazil Office website (www.kas.de/brazil).

www.kas.de/brasil

COLEÇÃO DE POLICY PAPERS
THE POLICY PAPERS COLLECTION

1/6
Segurança Cibernética e Interesse Nacional durante Período de Campanha

Cybersecurity and National Interest during Campaign Period

Tradução e revisão Translation and Revision: Leslie Sasson Cohen

2/6
Gestão de Crises Internacionais

International Crisis Management

Tradução e revisão Translation and Revision: Leslie Sasson Cohen

3/6
O Desafio da Migração Venezuelana para a Região Perspectiva Colombiana

The Challenge of Venezuelan Migration in the Region A Colombian Perspective

Francesca Ramos Pismataro

Tradução e revisão Translation and Revision: Leslie Sasson Cohen

4/6
Fluxos Migratórios e sua Gestão: A Perspectiva Europeia

Migration Flows and their Management: The European Perspective

Tradução e revisão Translation and Revision: Leslie Sasson Cohen

5/6
Risco Climático na América do Sul: Agenda de segurança pública interna ou de defesa interestatal?

Climate Risk in South America: A domestic public security agenda or an inter-State defense agenda?

Eduardo Viola

Matías Franchini

Tradução e revisão Translation and Revision: Leslie Sasson Cohen

6/6
A Crise da Mudança do Clima e sua Gestão: A Perspectiva Europeia

Climate Change Crisis and its Management: The European Perspective

Janani Vivekananda

Stephan Wolters

Tradução e revisão Translation and Revision: Leslie Sasson Cohen

Editor Editor
Dr. Jan Woischnik

Coordenação editorial Project Coordination
Ariane Costa
Diogo Winnikes
Reinaldo Themoteo

Projeto Gráfico Design
Charles Steiman
Daniela Knorr

Impressão Print
Stamppa

© 2018, Konrad Adenauer Stiftung e.V.

Fundação Konrad Adenauer
Rua Guilhermina Guinle, 163
Botafogo CEP: 22270-060
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel: (+55/21) 2220-5441
Fax: (+55/21) 2220-5448

www.kas.de/brasil
kas.brasil
kasbrasil

Todos os direitos desta edição são reservados à Fundação Konrad Adenauer. Autores podem ser citados indicando a revista como fonte. As opiniões aqui externadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. All rights are reserved to Konrad Adenauer Foundation. Authors may be quoted if the publication name is referred as source. Authors are exclusively responsible for all concepts and information presented in this book.

ISSN 2176-297X

KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG

A Fundação Konrad Adenauer (KAS) é uma fundação política alemã. Através do nosso escritório central na Alemanha e dos mais de 90 escritórios espalhados pelo mundo, gerenciamos mais de 200 projetos abrangendo mais de 120 países. Tanto na Alemanha quanto no exterior, nossos programas de educação cívica têm como objetivo promover os valores de liberdade, paz e justiça, bem como diálogo e cooperação. Como think tank e agência de consultoria, nós focamos na consolidação da democracia, na unificação da Europa, no fortalecimento das relações transatlânticas, assim como na cooperação internacional e no diálogo. Os nossos projetos, debates e análises visam o desenvolvimento de uma forte base democrática para ação política e cooperação.
No Brasil, nossas atividades concentram-se no diálogo de segurança internacional, educação política, estado de direito, funcionamento de instituições públicas e seus agentes, economia social de mercado, política ambiental e energética assim como as relações entre o Brasil, a União Europeia e a Alemanha.

The Konrad Adenauer Stiftung (KAS) is a German political foundation. From our headquarters in Germany and 90 field offices around the globe, we manage over 200 projects covering over 120 countries. At home as well as abroad, our civic education programmes aim at promoting the values of freedom and liberty, peace and justice, as well as dialogue and cooperation. As a think tank and consulting agency we focus on the consolidation of democracy, the unification of Europe, the strengthening of transatlantic relations, as well as on international cooperation and dialogue. Our projects, debates and analyses aim to develop a strong democratic base for political action and cooperation.
In Brazil our activities concentrate on international security dialogue, political education, the rule of law, the workings of public institutions and their agents, social market economy, environmental and energy policy, as well as the relations between Brazil, the European Union and Germany.

União Europeia

A Delegação da União Europeia (UE) no Brasil é uma das mais de 130 Delegações da UE no mundo. A Delegação da UE no Brasil está focada na promoção das relações políticas e econômicas entre a UE e o Brasil, de acordo com a parceria estratégica EU–Brasil estabelecida em 2007. A UE e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1960, criando estreitos laços históricos, culturais, econômicos e políticos. Dentre os tópicos centrais da parceria estratégica entre a UE e o Brasil estão questões econômicas, a cooperação em questões-chaves de política externa e o enfrentamento conjunto de desafios globais em áreas como direitos humanos, mudanças climáticas e a luta contra a pobreza. Mais de 30 diálogos formais no setor político foram iniciados entre a União Europeia e autoridades brasileiras para enfrentar esses desafios. Além disso, a União Europeia e o Brasil são parceiros comerciais importantes e os países da União Europeia recebem mais de 20% da exportação brasileira. A União Europeia também é o maior investidor estrangeiro no Brasil com cerca de 60% do investimento estrangeiro.

The European Union (EU) Delegation to Brazil is one of over 130 EU Delegations around the world. The EU Delegation to Brazil is focused on promoting political and economic relations between the EU and Brazil, in line with the EU–Brazil Strategic Partnership established in 2007. The EU and Brazil established diplomatic relations already in 1960 building on close historical, cultural, economic and political ties. Central topics of the EU–Brazil Strategic Partnership include economic issues, cooperation on key foreign policy issues, and jointly addressing global challenges in areas such as human rights, climate change as well as the fight against poverty. Over 30 formal sector-policy dialogues between the European Union and Brazilian authorities have been initiated to address these challenges. The European Union and Brazil are also important trading partners and the countries of the European Union account for over 20% of Brazil's exports. The European Union is also the largest foreign investor in Brazil with around 60% of the foreign investment originating from the European Union.

CEBRI
BRAZILIAN CENTER FOR
INTERNATIONAL RELATIONS

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é uma instituição sem fins lucrativos, que atua para influenciar positivamente a construção da agenda internacional do país. Fundado há 20 anos por um grupo de empresários, diplomatas e acadêmicos, o CEBRI tem ampla capacidade de articulação, engajando os setores público e privado, a academia e a sociedade civil. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes, e com uma rede de mantenedores constituída por instituições, empresas e indivíduos de múltiplos segmentos.

O CEBRI promove a expansão e aprofundamento do debate sobre a política externa brasileira e a inserção do Brasil no mundo, pautado na formulação de políticas públicas e no fomento de diálogo entre os mais relevantes atores brasileiros e globais. O reconhecimento de sua importância internacional é atestado pelo ranking do Programa de Think Tanks e Sociedade Civil da Universidade da Pensilvânia, que destacou o CEBRI como o segundo melhor think tank do Brasil e o quarto melhor da América Latina.

Independent, nonpartisan and multidisciplinary, the Brazilian Center for International Relations (CEBRI) is a non-profit institution that acts to have a positive influence on the construction of the country's international agenda. Founded 20 years ago by a group of business leaders, diplomats and academics, CEBRI has the ability to engage the public and private sectors, academia and civil society. In addition, it counts on an engaged Board of Trustees formed by prominent figures and on a diverse network of sponsors made up of institutions, companies and individuals from multiple sectors.

CEBRI promotes the expansion and deepening of debates on Brazilian foreign policy and Brazil's international insertion, marked by the formulation of public policies and the promotion of dialogue amongst the most relevant Brazilian and global stakeholders. The recognition of its international importance is evidenced by the University of Pennsylvania's Think Tanks and Civil Societies Program, which ranked CEBRI as Brazil's second best think tank and the fourth best in Latin America.

Janani Vivekananda
Janani Vivekananda é Consultora Sênior na Adelphi, especializada em mudanças do clima e construção da paz. Nessa função, seu foco é em paz e segurança, vulnerabilidade, adaptação, análise de conflitos e de riscos, conflitos e recursos e governança urbana. Janani tem mais de 12 anos de experiência na área da construção da paz. Ela é uma das principais autoras do relatório de 2015 "Um Novo Clima para a Paz", que trata dos impactos das mudanças do clima em Estados fragilizados. Antes de ingressar na Adelphi, Janani foi Chefe de Meio Ambiente, Mudança Climática e Segurança da International Alert.

Janani Vivekananda is Senior Advisor at Adelphi where she specialises in climate change and peacebuilding. In this role, she focuses on peace and security, vulnerability, adaptation, conflict and risk analyses, conflict and resources, and urban governance. Janani brings over 12 years of experience in the peacebuilding sphere. She is one of the lead authors of the 2015 flagship report "A New Climate for Peace", dealing with climate change impacts on fragile states. Prior to joining Adelphi, Janani was the Head of the Environment, Climate Change and Security at International Alert.

Stephan Wolters
Stephan Wolters trabalha como Gerente Sênior de projetos na Adelphi. Seus projetos de pesquisa e de consultoria são especializados em abordar questões correntes sobre clima e política energética, particularmente nos campos da diplomacia climática e mecanismos de mercado para a mitigação das mudanças do clima. Ele é responsável pela coordenação de um programa de diplomacia climática que está identificando e desenvolvendo um curso de ação estratégica para a política climática externa em cooperação com os tomadores de decisão alemães, europeus e internacionais.

Stephan Wolters works as a Senior Project Manager at Adelphi. In his research and consulting projects, he specialises in addressing current issues in climate and energy policy, particularly in the fields of climate diplomacy and market mechanisms for climate change mitigation. He is responsible for coordinating a climate diplomacy programme that is identifying and developing a strategic course of action for foreign climate policy in cooperation with German, European and international decision-makers.

A crise da mudança do clima e sua gestão: a perspectiva europeia

Como a Diplomacia pode abordar a questão das ameaças à segurança relacionadas ao clima

Climate change crisis and its management: the european perspective

How Diplomacy can address climate-related threats to security

A Mudança do Clima como Ameaça à Segurança Global

A mudança do clima é, atualmente, uma das mais abrangentes ameaças globais à paz. Seus impactos têm efeitos geopolíticos que afetam a segurança, o desenvolvimento e a consolidação da paz ao redor do mundo e requerem políticas externas coordenadas e eficazes.

O ano de 2017 foi particularmente devastador quando se trata dos impactos de eventos extremos relacionados à mudança do clima. Inundações, ciclones e tempestades tropicais devastaram ilhas desde o Caribe até a América do Norte[1] e Sul da Ásia. A seca e a degradação do solo levaram milhares de pessoas à fome extrema no Sahel e no Oriente Médio. Esses impactos da mudança do clima ocorreram em cenários de agravamento de crises humanitárias e de conflito político com os quais interagem.

Todos os países são afetados, entretanto os mais pobres são desproporcionalmente mais prejudicados. Os impactos da mudança do clima já afetam a segurança das comunidades vulneráveis, especialmente em contextos frágeis e de conflito, onde a governança é delicada. Para muitas comunidades fragilizadas, esses impactos podem afetar a estabilidade política, a segurança alimentar, o movimento de pessoas e a economia[2].

Climate Change as a Global Threat to Security

Climate change is currently one of the most pervasive global threats to peace. Impacts have geopolitical effects on security, development and peacebuilding across the world. They require an effective and coordinated foreign policy.

2017 was a particularly devastating year regarding the impacts of extreme weather events linked to climate change. Flooding, cyclones and tropical storms devastated islands from the Caribbean to North America[1] and South Asia. Droughts and land degradation left thousands of people more suffering from extreme hunger in the Sahel and the Middle East. These climate change impacts occurred against a backdrop of ongoing and worsening political conflict and humanitarian crises, with which of course they interact.

Climate change affects all countries, but mostly the poor. Climate change impacts are already affecting the security of vulnerable communities, especially in fragile and conflict-affected contexts where governance is already stretched. For many already fragile communities, these impacts can affect political stability, food security and lead to economic weakness and large-scale movement of people[2].

In such contexts, climate change will interact with existing political, social and economic stress and can compound tensions, which could catalyse violence or impede fragile peace processes. Violent conflict in turn depresses development and leaves communities less resilient and poorly equipped to adapt to the impacts of climate change.

Whilst poor nations are most affected by climate-fragility risks, the implications of increasing and intensifying conflicts will have consequences for all countries, not least for Europe. As an open economy and society, the knock-on consequences of these risks will be felt for example, through disruptions in integrated production chains, more volatility in foreign investment markets, harm to EU citizens and interests abroad or an increase in forced displacement from affected contexts.

Addressing climate risks is not simply an environmental imperative; it is also a game changer for peace and security. Climate mitigation in the EU and western economies and adaptation in fragile contexts extend the scope of intervention for preventive diplomacy and for generating peace dividends.

Climate Change and Migration: The European Neighborhood

Particular attention needs to be dedicated to the role of climate change in migration: Europe's political class is facing an unprecedented storm of popular discontent, in no small part fuelled by the influx of migrants and the effects of globalization. Germany's Chancellor Angela Merkel has called migration the vital question that may decide the fate of Europe.[3]

Today, more people are displaced by extreme weather events – which will only become more frequent in the next years because of climate change[4] – than by all of the world´s conflicts combined. In dry regions such as the Sahel, droughts are expected to occur more often[5]. Because of the low capacity for adaptation, this contributes to deteriorating livelihoods and spurs resource conflicts and terrorism as the lack of alternatives for income and food makes people become more responsive to recruitment efforts by non-state armed groups. In consequence, migratory movements become more common and, although most migrants stay within their countries, a growing number of people displaced by the impacts of climate change in the Sahel will eventually head towards Europe as well. Accordingly, investing in sustainable prevention measures that mitigate those risks and improve resilience is not only in the interest of the affected populations, but also in the strategic interest of the EU.

The Syrian civil war is a salient example. Research shows that extreme droughts that were prevalent across the Eastern Mediterranean at the end of the last decade may well have contributed to the emergence and outbreak of the war. As human-caused climate change drastically altered precipitation patterns, Syria in particular experienced record droughts. These dry spells undercut rural livelihoods dependent on subsistence farming and accelerated migration to urban agglomerations. In combination with other socio-economic and political pressures, this led to increased anti-government grievances, which resulted in protests, violent repression and eventually civil war – and mass migration to Europe, causing political upheaval.

A resilient migration policy cannot solely rely on securing Europe's external borders; it must also invest in improving living conditions in the European neighbourhood – most notably the MENA region. Substantially increased engagement is necessary. This must include building resilience to climatic changes – and mitigate future climate change in the first place. This is, as HRVP Federica Mogherini put it, "not good feelings and charity", but rather "hard-core security" and in Europe's own interest.[6]

Moving from Early Warning to Early Action

Moving from early warning to early action entails tackling the climate security risks from both the perspectives of climate action and the perspective of conflict prevention, harnessing and strengthening relevant early warning systems. It means looking beyond the Paris Agreement's goals of tackling the causes and managing the impacts of climate change, to ensure the conflict sensitivity to climate actions. It also means enhancing the climate sensitivity of current actions in the domains of stabilisation, security and sustainable development, for example

Em tais contextos, a mudança do clima interage com a tensão política, social e econômica existente e pode ainda agravar tensões que catalisam a violência ou impedem a consolidação dos frágeis processos de paz. Por sua vez, o conflito violento reprime o desenvolvimento e torna as comunidades menos resilientes e mal equipadas para se adaptarem aos impactos da mudança do clima.

Embora os países pobres sejam os mais afetados pelos riscos de fragilidade relacionada ao clima, as implicações do aumento e intensificação de conflitos têm consequências para todos os países, inclusive para a Europa. Sendo uma economia e uma sociedade abertas, as consequências destes riscos serão sentidas, por exemplo, como disrupção das cadeias de produção integradas, mercados de investimentos estrangeiros mais voláteis, prejuízos para os cidadãos e interesses da UE no exterior ou aumento do deslocamento forçado de pessoas dos locais afetados.

Lidar com os riscos climáticos, portanto, não é apenas um imperativo ambiental, mas também um divisor de águas para as questões de paz e de segurança. A mitigação climática na UE e nas economias ocidentais e a adaptação em contextos fragilizados alargam o âmbito da intervenção da diplomacia preventiva e geram divendos para a paz.

Mudança do Clima e Migração: os Vizinhos da Europa

É necessário dedicar especial atenção ao papel das mudanças do clima nas migrações: a classe política da Europa enfrenta uma torrente sem precedentes de descontentamento popular em grande parte alimentada pelo afluxo de migrantes e pelos efeitos da globalização. A chanceler alemã Angela Merkel chamou a migração de "questão vital que pode decidir o destino da Europa".[3]

Atualmente, mais pessoas são deslocadas por eventos climáticos extremos - que se tornarão mais frequentes nos próximos anos por causa da mudança do clima[4] - do que por todos os conflitos mundiais combinados. Em regiões de clima seco como por exemplo o Sahel, espera-se que as secas ocorram com maior frequência[5]. Devido à baixa capacidade de adaptação, isso contribui para a deterioração dos meios de subsistência e estimula conflitos por recursos e terrorismo à medida em que as pessoas, sem alternativas de renda e de alimentos, tornam-se mais suscetíveis ao recrutamento por grupos armados não-estatais. Em consequência, os movimentos migratórios tornam-se mais comuns e, embora a maioria dos migrantes permaneça dentro dos seus países, um número crescente de pessoas deslocadas pelos impactos da mudança do clima no Sahel acabará migrando para a Europa também. Por conseguinte, investir em medidas de prevenção sustentáveis que reduzam esses riscos e melhorem a resiliência não é apenas do interesse das populações afetadas, mas também do interesse estratégico da UE.

A guerra civil na Síria é um exemplo notável. Pesquisas mostram que as secas extremas que prevaleceram no Mediterrâneo Oriental no final da última década podem muito bem ter contribuído para a eclosão do conflito. Como a mudança do clima provocada pelo homem alterou drasticamente os padrões de precipitação, a Síria, em particular, sofreu secas recordes. Estas secas reduziram os meios de subsistência rurais e aceleraram a migração para os centros urbanos. Combinado a outras pressões socioeconômicas e políticas, isso levou ao aumento das queixas contra o governo, que resultaram em protestos, repressão violenta e eventualmente guerra civil - e migração em massa para a Europa, causando revolta política.

Uma política de migração resiliente não pode se basear apenas em assegurar a segurança das fronteiras externas da Europa, mas deve, também, investir na melhoria das condições de vida nos países vizinhos à Europa - principalmente na região MENA (sigla em inglês para a região que compreende o Oriente Médio e o Norte da África – Middle East and North Africa). É necessário um envolvimento substancialmente maior que deve incluir a mitigação das mudanças do clima em primeiro lugar e o desenvolvimento de resiliência a essas mudanças. Como declarou a Alta Representante da UE para Política Externa e Segurança e Vice-Presidente, Federica Mogherini, "não se trata de bons sentimentos e caridade", mas de "segurança efetiva" e do próprio interesse da Europa.[6]

Avançando do Alerta prévio à Ação Preventiva

Passar do alerta prévio para a ação preventiva implica em lidar com os riscos climáticos à segurança tanto do ponto de vista da ação climática como do ponto de vista da prevenção de conflitos, aproveitando e fortalecendo os sistemas de alerta prévio relevantes. Isso significa olhar para além dos objetivos do Acordo de Paris de atacar as causas e administrar os impactos da mudança do clima para garantir

ensuring that livelihood strategies to reintegrate ex-combatants into society are not rendered unviable by climate change within five years of implementation. It requires understanding the context and the different types of challenges in different parts of the world, and how they affect different parts of society - such as women, youth and excluded groups – differently. This is imperative in order to identify and operationalise efforts to ensure climate action is more conflict sensitive, while at the same time security approaches are more climate sensitive. This requires a focus on individual rights and inclusive, equitable approaches that reflect the needs and aspirations of all stakeholders, including women and marginalised groups.

Here it is important to identify positive cross-sectorial, multi-level governance approaches and stepped-up cooperation between countries to address the multi-faceted, cross-cutting and cross-border nature of climate-security challenges.

Shaping a Response at The Un Level

An integrated approach and joined-up governance is fundamental to addressing climate and security risk. The UN is an obvious starting point here.

For the United Nations to fulfil its mandate of safeguarding peace and international security, it needs to be ready to meet these risks in a climate changed world. It has made great strides in this direction through the UNFCCC and the Paris Climate Agreement as well as addressing human security under Agenda 2030. From a foreign policy perspective, an important space for greater global governance and action lies in addressing the risks of instability, insecurity and conflict that arise from the interaction of climate change and other contextual risk factors. This is especially pertinent now given the Secretary General's Sustaining Peace Agenda as set out in the landmark report on Peacebuilding and Sustaining Peace.

A new approach to peace and security (as per the Sustaining Peace Agenda) requires an understanding of the challenges posed to peace by climate and environmental change. Because the UNSC has a prominent role with respect to international peace and security, it could hold primary responsibility. That does not mean that the Security Council has to necessarily act on climate change, since it does not have the expertise and resources needed to address climate change and its security implications across the board. However, by requesting appropriate conflict analysis and climate sensitivity from the UN peacebuilding, development and climate change community, it can play an important role coordinating and building broader awareness of these impacts and, subsequently, in reducing negative impacts. To make progress to that end, it could start out by enhancing internal capacity and knowledge sharing. Sweden is currently advancing a proposal for a climate risk coordination mechanism, which could effectively play this role. Germany, which has secured a non-permanent seat for 2019-2020, has already announced that the climate change and security nexus will be a focus of its engagement in the UN Security Council. This will be an opportunity to follow up and deepen the progress secured by Sweden and to keep climate security on the Security Council's agenda. It is also expected that Germany will want to leave its own marks, building on its previous engagement in 2011, and emphasizing preventative foreign and security policies that can help build resilience in face of climate-fragility risks – a line of thinking it has recently been pursuing most notably in the context of the G7.[7]

Shaping a Response in the European Union

Supporting integration and joined-up approaches is also part of the **European Union**'s DNA. To date, the EU's efforts towards climate diplomacy chiefly involve actions undertaken by the European Commission, the EU Foreign Affairs Council and the European External Action Service to shape international cooperation on climate change. A key dimension of this work is addressing the security risks posed by climate change. The EU acknowledged relatively early on that climate change also has security implications. The 2008 report by the High Representative Javier Solana and the European Commission explicitly recognizes climate change as a 'threat multiplier' endangering global security and stability.

The EU Global Strategy

According to the EU Global Strategy published in 2016, the EU's foreign and

a sensibilidade do conflito às ações climáticas. Também significa melhorar a sensibilidade climática das atuais ações nos campos da estabilidade, da segurança e do desenvolvimento sustentável, como por exemplo, garantir que estratégias de subsistência para reintegrar ex-combatentes na sociedade não sejam inviabilizadas pela mudança do clima 5 anos após a sua implementação. É necessário compreender o contexto e os diversos tipos de desafios em diferentes partes do mundo, e como eles afetam os vários grupos da sociedade - como mulheres, jovens e grupos excluídos - de forma diferente. Isso é imperativo para identificar e operacionalizar esforços para garantir que a ação climática seja mais sensível a conflitos e, ao mesmo tempo, que as abordagens de segurança sejam mais sensíveis ao clima. Isso requer foco nos direitos individuais e abordagens inclusivas e eqüitativas que reflitam as necessidades e aspirações de todas as partes interessadas, incluindo mulheres e grupos marginalizados.

Neste contexto, é importante identificar abordagens positivas intersetoriais e de governança em vários níveis e intensificar a cooperação entre países para lidar com a natureza multifacetada, transversal e transfronteiriça dos desafios climáticos à segurança.

Construindo uma Resposta na ONU

Uma abordagem integrada e uma governança conjunta são fundamentais para enfrentar os riscos climáticos e de segurança. A ONU é um notório ponto de partida para isso.

Para que as Nações Unidas cumpram seu mandato de salvaguardar a paz e a segurança internacional, a Organização precisa estar preparada para enfrentar esses riscos em um mundo afetado pela mudança do clima. Grande progresso neste sentido foi feito através da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima) e do Acordo de Paris e ao abordar a segurança humana no âmbito da Agenda 2030. Do ponto de vista de política externa, há importante espaço para maior governança e ação global na abordagem dos riscos de instabilidade, insegurança e conflito que surgem da interação das mudanças do clima com outros fatores de risco contextuais. Isto é especialmente pertinente agora, dada a Agenda de Sustentação da Paz do Secretário-Geral, conforme estabelecido no relatório histórico sobre a construção e sustentação da paz.

Uma nova abordagem para a paz e a segurança (de acordo com a Agenda de Sustentação da Paz) requer uma compreensão dos desafios à paz criados pela mudança ambiental e do clima. Como o Conselho de Segurança da ONU tem um papel preponderante no que diz respeito à paz e à segurança internacionais, a responsabilidade primordial poderia advir dali. Isso não significa que o Conselho de Segurança necessariamente tenha que agir em relação às mudanças do clima, pois não possui conhecimento e recursos para lidar com elas e com suas implicações na segurança, que abrangem diversos setores. No entanto, ao solicitar que os órgãos da ONU envolvidos com a construção da paz, o desenvolvimento e a mudança do clima analisem os conflitos sob o ponto de vista de sua sensibilidade climática, ela pode desempenhar um papel importante na coordenação com vistas a aumentar a conscientização sobre esses impactos e, subsequentemente, reduzir os impactos negativos. Para progredir nesse sentido, poderia começar melhorando suas capacidades internas e o compartilhamento de conhecimento. Atualmente, a Suécia está encaminhando uma proposta para um mecanismo de coordenação de risco climático que poderia efetivamente desempenhar esse papel. A Alemanha, que irá ocupar um assento não permanente no período 2019-2020, já anunciou que o nexo entre mudança do clima e segurança será o foco de seu envolvimento no Conselho de Segurança da ONU. Esta será uma oportunidade para acompanhar e aprofundar o progresso defendido pela Suécia e para manter a segurança climática na agenda do Conselho de Segurança. Também é de se esperar que a Alemanha queira deixar suas próprias marcas, avançando sobre seu engajamento anterior em 2011, e enfatizar a política externa e de segurança preventiva que pode ajudar a construir resiliência diante dos riscos de fragilidade relacionada ao clima - uma linha de raciocínio que tem seguido mais notavelmente no contexto do G7.[7]

Construindo uma Resposta na União Europeia

O apoio à integração e a abordagens conjuntas também faz parte do DNA da **União Europeia**. Até hoje, os esforços da UE em prol da diplomacia climática envolveram principalmente ações empreendidas pela Comissão Europeia, o Conselho dos Negócios Estrangeiros da UE e o Serviço Europeu para a Ação Externa com vistas a moldar a cooperação internacional em matéria de mudanças do clima. Uma dimensão fundamental deste trabalho é abordar os riscos de segurança apresentados pelas mudanças do clima. A UE reconheceu relativamente cedo que a mudança do clima também tem implicações de segurança. O relatório de

security policy strategy, climate change 'exacerbate[s] potential conflict'. It identifies desertification and land degradation, as well as the changing climate's impact on water and food security, as main drivers in this respect. Additionally, the EU Global Strategy calls for the EU to assist affected partner countries by, for example, deploying renewable energies and transferring related technology, and by supporting the development of climate change adaptation and mitigation strategies.

Resilience in the EU Global Strategy

In its Global Strategy of June 2017 the EU points out that global challenges, including climate change can only be overcome by strengthening state and societal resilience. This signifies an important shift in the EU's view on crisis prevention. While earlier approaches were focused on crisis containment, the new strategy emphasizes a more long-term perspective, which puts structural change at its centre, while remaining flexible to changing circumstances.

The Resilience Strategy emphasizes the interrelatedness between climate change and impacts such as extreme weather events and environmental degradation. The Strategy highlights the negative consequences of those impacts on the resilience of communities. It suggests four basic building blocks to systematically incorporate a resilience approach into the EU's actions:[8]

- Improving and sharing analysis of risk at country and regional level so as to better inform strategy, political dialogue and programming of assistance;
- Instituting a more dynamic monitoring of external pressures and working with the EU Council to ensure a more timely political and diplomatic response;
- Integrating the resilience approach in EU programming and financing of external action;
- Developing international policy and practice on resilience.

Noteworthy aspects of the strategy are the recommended integrated approach to resilience, the importance given to promoting resilience to climate change, and the sustainable management of natural resources.

This strategy is both positive and pragmatic and provides the opportunity to put the issue higher on the political agenda. However, its implementation would benefit from a rethink of the current approaches to risk analysis, design of programmes and assessment methods. Three suggestions are set out below.

The 2018 EU Council Conclusions and Climate Diplomacy

The EU Council Conclusions adopted in February 2018[9] can be seen as the latest step in a process where the EU is providing leadership in its efforts to identify security risks posed by climate change and tailor policy responses to address and mitigate those risks. They mark an opportunity for the EU to elevate the climate-security nexus to the highest political level within domestic, regional and multilateral fora. They illustrate that the EU is now paying much more attention to the need to respond to and mitigate climate-related security risks.

The conclusions recognise that climate change has direct and indirect implications for international security and stability. Climate projects in developing countries need to become more conflict sensitive while security approaches must become more climate sensitive. The document calls for further mainstreaming of the nexus between climate change and security in policy dialogue, conflict prevention, development and humanitarian action and disaster risk strategies.

High-level event on Climate, Peace and Security: The Time for Action

In June 2018, the European External Action Service convened a high-level conference with several hundred participants that was opened by HRVP Federica Mogherini. The conference itself underscores the renewed attention paid to the climate-security nexus. Indeed, making climate security a political priority is of key importance and a key lever of diplomacy in the quest to address climate security challenges. The conference furthermore identified a number of priorities for further action – among them improved early warning systems and, informed by them, a shift towards preventative approaches that

2008 do Alto Representante Javier Solana e da Comissão Europeia reconhece explicitamente a mudança do clima como um "multiplicador de ameaças" que põe em risco a segurança e a estabilidade globais.

A Estratégia Global da UE

De acordo com o relatório Estratégia Global da UE, publicado em 2016, que apresenta as políticas externa e de segurança da UE, a mudança do clima "exacerbera qualquer potencial conflito". O relatório identifica a desertificação e a degradação do solo, bem como o impacto da mudança do clima na segurança alimentar e hídrica, como principais impulsionadores desse fenômeno. Além disso, a Estratégia Global da UE faz um apelo para ajudar os países parceiros afetados, por exemplo, através da transferência de tecnologia para a utilização de energias renováveis e do apoio ao desenvolvimento de estratégias de adaptação e mitigação das mudanças do clima.

A Estratégia Global da EU e a Resiliência

Em sua Estratégia Global de junho de 2017, a UE salienta que os desafios globais, incluindo as mudanças do clima, só podem ser superados através do fortalecimento da resiliência do Estado e da sociedade. Isso representa uma importante mudança na visão da UE sobre a prevenção de crises. Embora as abordagens anteriores estivessem focadas na contenção da crise, a nova estratégia enfatiza uma perspectiva de longo prazo que coloca a mudança estrutural no centro da questão ao mesmo tempo em que se mantém flexível às circunstâncias mutáveis.

A Estratégia de Resiliência enfatiza a inter-relação entre as mudanças do clima e impactos como eventos climáticos extremos e degradação ambiental. A Estratégia destaca as conseqüências negativas desses impactos na resiliência das comunidades e sugere quatro elementos básicos para incorporar uma abordagem de resiliência nas ações da EU de maneira sistemática:[9]

- Melhorar e compartilhar análises de risco a nível nacional e regional, de modo a melhorar a estratégia, o diálogo político e os programas da assistência;
- Instituir um acompanhamento mais dinâmico das pressões externas e trabalhar com o Conselho da UE para assegurar uma resposta política e diplomática mais oportuna;
- Integrar a abordagem da resiliência na programação da UE e no financiamento da ação externa;
- Desenvolver políticas e práticas internacionais sobre resiliência.

Os aspectos mais notáveis da estratégia são a recomendadação de abordar a resiliência de maneira integrada, a importância dada à promoção da resiliência às mudanças do clima e o manejo sustentável dos recursos naturais.

Essa estratégia é positiva e pragmática e oferece uma oportunidade de colocar a questão em uma posição de maior prioridade na agenda política. No entanto, sua implementação se beneficiaria de uma reconsideração das abordagens atuais de análise de risco, desenvolvimento de programas e métodos de avaliação. Três sugestões são apresentadas abaixo.

Conclusões do Conselho da UE em matéria de Diplomacia Climática 2018

As Conclusões do Conselho da UE adotadas em fevereiro de 2018[9] podem ser consideradas o mais recente passo em um processo que a UE está liderando com seus esforços para identificar os riscos de segurança apresentados pelas mudanças do clima e adaptar as respostas políticas para abordar e mitigar esses riscos. Representam uma oportunidade para a UE elevar o nexo entre segurança e clima ao mais alto nível político em fóruns domésticos, regionais e multilaterais e demonstram que a UE está, agora, prestando muito mais atenção à necessidade de enfrentar e mitigar os riscos de segurança relacionados ao clima.

As conclusões reconhecem que as mudanças do clima têm implicações diretas e indiretas na segurança e na estabilidade internacionais. Os projetos climáticos nos países em desenvolvimento precisam se tornar mais sensíveis a conflitos, enquanto a abrdagem das questões de segurança precisa ser mais sensível às questões do clima. O documento sugere maior divulgação do nexo entre a mudança climática e a segurança no diálogo sobre políticas, prevenção de conflitos, desenvolvimento e ação humanitária e estratégias de risco de desastres.

Evento de Alto Nível sobre Clima, Paz e Segurança: É Hora de Agir

Em junho de 2018, o Serviço Europeu de Ação Externa convocou uma conferência de alto nível com várias centenas de participantes

build state and societal resilience. On that basis, concrete action on the ground needs to address the development, climate and security dimensions at the same time – the essence of the integrated approach of the EU Global Strategy.[10]

How to Move Forward

2018 marks over a decade since the policy and practitioner community began to seriously look at climate change as a security risk. We are now at a critical moment to pivot from continued discussion and supportive statements towards action. Progress on effective action to prevent climate-fragility risks from catalysing conflict or undermining peace and stability requires informed, inclusive and flexible strategies, which build both social and institutional resilience to address the related threats which climate change may pose in fragile situations.

The EU could support the three cumulative steps set out below to help catalyse the much-needed transition from analysis to action to build global resilience to climate and security risks:

a. Partner for Resilience

b. Prioritize Prevention

c. Move from Analysis to Action

Partner for Resilience: support cooperation and coherent action across different scales

The complex nature of climate-fragility risks requires many actors – international and regional institutions, civil society and the private sector – each to take responsibility for addressing this issue in a coherent, coordinated and cooperative way. There have been encouraging strides in this direction. However, more can be done to support implementation on the ground across different scales. Steps could include:

- Greater cooperation between the EU member states and bilaterally between EU member states and partner countries, for example, through sharing tools, resources and information or agreement of a shared agenda on climate, peace and security. This would enable joint reflection and action as well as enable better coordination and stronger global leadership on the issue.
- A coordination mechanism for climate change and security would provide a locus for cooperation and joint-action. It would provide the much-needed focal point for provision of analysis and advice on climate-fragility risks and coordination of funding and activities to move these nascent partnerships towards effective implementation.
- Partnerships at all levels to identify risks and develop contextually informed solutions so that action is people-centred, inclusive (of all groups, including women, youth, elderly, marginalised communities etc.) and participatory, rather than top-down and technocrat driven.

Prioritize Prevention: in funding and programming

The importance of early action as a means for preventing conflict and promoting climate resilience is clear. That prevention is cheaper than cure makes it not just a moral imperative, but a question of sound business sense to invest more in prevention[11]. This means a move towards a new funding and programming paradigm, which puts prevention first. Steps could include:

- Integrating climate-fragility risks into funding mechanisms such as the EUs Multiannual Financial Framework.
- Moving funding focus from post-crisis response, with prevention focused only on the most immediate risks, to early and urgent action to directly tackle and manage the full range of risks that could lead to climate related conflict.
- Approaches that are more agile, more flexible and more risk tolerant and can thus better adapt in the face of changing risks and opportunities.
- Increased willingness to invest in adverse conditions and the difficulties of catalysing change – even in the face of less measurable results or increased risk of failure.

Move from Analysis to Action:

It goes without saying that successfully addressing climate-related security challenges requires knowledge sharing, and getting out of separate silos. It requires a new modus operandi. We have seen from

que foi aberta pela Alta Representante da UE para Política Externa e Segurança e Vice-Presidente, Federica Mogherini. A conferência em si ressalta a atenção renovada dada ao nexo clima-segurança. De fato, tornar a segurança climática uma prioridade política é de fundamental importância e um recurso chave da diplomacia para enfrentar os desafios da segurança climática. A conferência também identificou uma série de prioridades para ações futuras - entre elas, melhorar os sistemas de alerta rápido e, com após esse alerta prévio, mudanças em direção a abordagens preventivas que desenvolvam a resiliência do Estado e da sociedade. Com base nisso, a ação concreta deve abordar simultaneamente as dimensões do desenvolvimento, do clima e da segurança - a essência da abordagem integrada da Estratégia Global da UE.[10]

Como Avançar

O ano de 2018 marca os dez anos desde que a comunidade de legisladores e profissionais começou, de maneira séria, a considerar a mudança do clima um risco à segurança. Estamos agora em um momento crítico para alavancar a discussão incessante e as declarações de apoio em direção à ação. O avanço de ações efetivas para prevenir que os riscos de fragilidade relacionada ao clima catalisem conflitos ou minem a paz e a estabilidade requer estratégias inteligentes, inclusivas e flexíveis que construam resiliência social e institucional para enfrentar as ameaças associadas às mudanças do clima em situações de fragilidade.

A UE poderia apoiar o conjunto de três passos indicado abaixo para ajudar a catalisar a tão necessária transição da análise para a ação e criar uma resiliência global aos riscos climáticos e de segurança:

a. Um Parceiro para a Resiliência
b. Priorizar a Prevenção
c. Sair da Análise para a Ação

Um Parceiro para a Resiliência: apoiar a cooperação e ações coerentes em diversas escalas

A natureza complexa dos riscos de fragilidade relacionada ao clima requer que muitos atores - instituições internacionais e regionais, sociedade civil e setor privado - assumam a responsabilidade de abordar essa questão de maneira coerente, coordenada e cooperativa. Houve importantes avanços nesse sentido, entretanto, há mais que pode ser feito para apoiar a implementação em diferentes escalas. As etapas podem incluir:

Mais cooperação entre os Estados membros da UE e, bilateralmente, entre os membros da UE e países parceiros através, por exemplo, do compartilhamento de ferramentas, recursos e informação ou o estabelecimento de uma agenda conjunta para o clima, a paz e a segurança. Isso permitiria reflexão e ação conjuntas e maior coordenação, além do fortalecimento da liderança sobre o assunto.

Um mecanismo de coordenação para a mudança do clima e a segurança, que oferecesse um locus para a cooperação e a ação conjuntas. Forneceria o tão necessário ponto focal para proporcionar análises e recomendações sobre os riscos da fragilidade relacionada ao clima e a coordenação de financiamento e atividades para que essas novas parcerias avancem em direção à implementação efetiva.

Parcerias em todos os níveis para identificar riscos e desenvolver soluções com base no contexto de modo a que a ação esteja centrada nas pessoas, seja inclusiva (para todos os grupos, incluindo mulheres, jovens, idosos, comunidades marginalizadas, etc) e participativa, em vez de conduzida de cima para baixo e de maneira tecnocrata.

Priorizar a Prevenção: financiamento e programação

A importância da ação antecipada como meio de prevenir conflitos e promover a resiliência climática é clara. O fato de que prevenir tem menos custo do que remediar faz com que seja não apenas um imperativo moral, mas uma questão de senso de oportunidade e de negócios para que se invista ainda mais na prevenção[11]. Isso representa um avanço em direção a novos paradigmas de financiamento e programação, que coloca a prevenção como prioridade. Etapas devem incluir:

- Integração dos riscos de fragilidade relacionados ao clima nos mecanismos de financiamento como the Quadro Financeiro Plurianual da UE.

- Mover o foco do financiamento da resposta pós-crise, com a prevenção focada apenas nos riscos mais imediatos, para ações antecipadas e urgentes para abordar e gerenciar diretamente toda a gama de riscos que poderiam levar a conflitos relacionados ao clima.

the success of the Cancun and Paris Climate Conferences that diplomacy and foreign policy leadership catalyses action. Without this, climate change processes languish in technical and programmatic niches. This is not enough to bring about institutionally joined-up approaches, let alone real world peace dividends. In order to bring about action on climate change, peace and security, diplomacy needs to play a leading role. Steps could include:

- Making the entire diplomatic toolbox available to address climate-fragility risks, for example, regional dialogues, partnerships, economic support, access to technology.
- Strengthening leadership so that prevention enhances governance legitimacy and expands the scope and calibre of government actions.
- Integrating climate sensitivity in development cooperation in project planning and building climate factors into security programming. For example, supporting the NDCs to be more conflict sensitive.
- Adopting integrated solutions, which increase resilience to multiple forms of risk, with effective prevention tools being used across all sectors and actors – many of whom would not consider conflict or climate risk a primary focus.
- Combining short and long-term approaches as shorter-term results increase the buy-in to sustained and strategic approaches to prevention.

1 Whilst these events were too recent for published academic evidence to cite at the time of writing, interviews with prominent global climate scientists support the link between a number of 2017 extreme weather events and climate change. See for example https://www.carbonbrief.org/media-reaction-hurricane-irma-climate-change

2 A New Climate for Peace – Taking Action on Climate and Fragility Risks – Rüttinger, Lukas; Gerald Stang, Dan Smith, Dennis Tänzler, Janani Vivekananda et al. 2015: A New Climate for Peace – Taking Action on Climate and Fragility Risks. Executive Summary. Berlin/London/ Washington/ Paris: adelphi, International Alert, The Wilson Center, EUISS.

3 Regierungserklärung on 28 June 2018

4 http://www.ipcc.ch/ipccreports/tar/wg2/index.php?idp=354

5 http://ar5-syr.ipcc.ch/topic_futurechanges.php, chapter 2.3

6 https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/47168/mogherini-high-level-event-climate-peace-and-security-time-action_en

7 A New Climate for Peace – Taking Action on Climate and Fragility Risks – Rüttinger, Lukas; Gerald Stang, Dan Smith, Dennis Tänzler, Janani Vivekananda et al. 2015: A New Climate for Peace – Taking Action on Climate and Fragility Risks. Executive Summary. Berlin/London/ Washington/ Paris: adelphi, International Alert, The Wilson Center, EUISS.

8 https://www.sipri.org/sites/default/files/2017-12/action-on-climate-and-security-risks.pdf.pagespeed.ce_.d9-k471n1.pdf

9 http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2018/02/26/climate-diplomacy-council-adopts-conclusions/pdf

10 https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/47165/climate-peace-and-security-time-action_en

11 See for example: United Nations and World Bank. 2017. Pathways for Peace : Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict, 2, 4 and 5, https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/28337/211162mm.pdf?sequence=2&isAllowed=y (accessed November 2017)

- Abordagens mais ágeis e flexíveis que sejam mais tolerantes ao risco e, portanto, podem se adaptar melhor perante riscos e oportunidades mutáveis.

- Maior disposição para investir em condições adversas e as dificuldades de catalisar mudanças – mesmo em face de resultados menos mensuráveis ou maior risco de fracasso.

Sair da Análise para a Ação:

Está muito claro que para enfrentar os desafios à segurança relacionados ao clima é preciso compartilhar conhecimento e cooperação, ou seja, requer um novo modus operandi. Observamos a partir das bem sucedidas iniciativas das Conferências do Clima em Paris e Cancun que a diplomacia e a liderança em política externa catalisam a ação. Sem isso, os processos relacionados à mudança do clima definham em nichos técnicos e programáticos. No entanto, isso não é suficiente para criar abordagens institucionalmente unidas, muito menos dividendos da paz no mundo real. A fim de desenvolver ações sobre a mudança do clima, a paz e a segurança, a diplomacia precisa desempenhar um papel de liderança. Etapas podem incluir

- Disponibilizar todas as ferramentas diplomáticas para enfrentar os riscos de fragilidade relacionada ao, como por exemplo, diálogos regionais, parcerias, apoio econômicoe acesso à tecnologia.

- Fortalecer a liderança para que a prevenção aprimore a legitimidade da governança e amplie o escopo e o calibre das ações do governo.

- Integrar a sensibilidade climática à cooperação para o desenvolvimento no planejamento de projetos e na inclusão de fatores climáticos na programação de segurança. Por exemplo, apoiar as NDCs (Sigla em inglês para Contribuições Nacionalmente Determinadas) para serem mais sensíveis a conflitos.

- Adotar soluções integradas que aumentem a resiliência a múltiplas formas de risco, com ferramentas eficazes de prevenção sendo usadas em todos os setores e por todos os atores - muitos dos quais não considerariam o risco de conflito ou o risco climático como foco principal.

- Combinar abordagens de curto e longo prazos uma vez que resultados de curto prazo aumentam a adesão a abordagens sustentadas e estratégicas de prevenção.

1 Embora esses eventos sejam muito recentes para que as evidências acadêmicas publicadas sejam citadas no momento, entrevistas com importantes cientistas do clima global corrroboram a ligação entre uma série de eventos climáticos extremos em 2017 e as mudanças climáticas. Veja por exemplo https://www.carbonbrief.org/media-reaction-hurricane-irma-climate-change

2 A New Climate for Peace – Taking Action on Climate and Fragility Risks – Rüttinger, Lukas; Gerald Stang, Dan Smith, Dennis Tänzler, Janani Vivekananda et al. 2015: A New Climate for Peace – Taking Action on Climate and Fragility Risks. Executive Summary. Berlin/London/Washington/Paris: adelphi, International Alert, The Wilson Center, EUISS.

3 Regierungserklärung em 28 de Junho de 2018

4 http://www.ipcc.ch/ipccreports/tar/wg2/index.php?idp=354

5 http://ar5-syr.ipcc.ch/topic_futurechanges.php, chapter 2.3

6 https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/47168/mogherini-high-level-event-climate-peace-and-security-time-action_en

7 A New Climate for Peace – Taking Action on Climate and Fragility Risks – Rüttinger, Lukas; Gerald Stang, Dan Smith, Dennis Tänzler, Janani Vivekananda et al. 2015: A New Climate for Peace – Taking Action on Climate and Fragility Risks. Executive Summary. Berlin/London/Washington/Paris: adelphi, International Alert, The Wilson Center, EUISS.

8 https://www.sipri.org/sites/default/files/2017-12/action-on-climate-and-security-risks.pdf.pagespeed.ce_.d9-k471n1.pdf

9 http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2018/02/26/climate-diplomacy-council-adopts-conclusions/pdf

10 https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/47165/climate-peace-and-security-time-action_en

11 See for example: United Nations and World Bank. 2017. Pathways for Peace : Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict, 2, 4 and 5, https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/28337/211162mm.pdf?sequence=2&isAllowed=y (accessed November 2017)

XVFORTE